

PEDRO ATAIDE

DIREITO MINERÁRIO

Apresentação

Fernando Facury Scaff

Prefácio

Talden Farias

5^a | revista
edição | atualizada
ampliada

2024



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

Obra de arte da capa: Flávio Tavares

Créditos da imagem: Antonio David

A862d Ataíde, Pedro
Direito Minerário / Pedro Ataíde – 5.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
336 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4677-1

1. Direito Ambiental. 2. Direito Minerário. 3. Constituição Mineração. 4. Regimes Minerários. I. Ataíde, Pedro. II. Título

CDD 341.347

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	35
2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO	39
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária	39
2.2. Importância da mineração	50
2.3. Peculiaridades da mineração	54
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos	56
2.3.2. Pressupostos econômicos	62
2.3.3. Pressupostos jurídicos	65
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em áreas de preservação permanente (APPS) e em mata atlântica	67
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário	72
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios	77
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados	81
2.5.3. Princípio do interesse nacional	86
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral	89
2.5.5. Princípio do resultado global	90

2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado	92
2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários	93
3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA	95
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária	96
3.2. Mineração na Constituição Brasileira de 1988	105
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público	105
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176)	111
3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração	120
3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória	122
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos	130
3.4. Estatalidade e recursos minerais	138
3.5. Política mineral	140
4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA	143
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração	147
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação	152
4.3. Regulação minerária no Brasil	156

4.3.1.	Entidade responsável pela regulação mi- nerária	157
4.3.1.1.	Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração	158
4.3.1.1.1.	Origem e estrutura do DNPM	158
4.3.1.1.2.	Perfil das agências regu- ladoras no Brasil	161
4.3.1.2.	Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM	166
4.3.2.	Mineração brasileira e desenvolvimento	175
4.3.2.1.	CFEM: Natureza jurídica, fato ge- rador, base de cálculo e alíquo- tas	176
4.3.2.2.	Distribuição e aplicação da CFEM	181
5.	REGIMES MINERÁRIOS	191
5.1.	Aspectos gerais	191
5.1.1.	Minas manifestadas	194
5.1.2.	Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Có- digo de Mineração	196
5.1.3.	Modos de aquisição dos direitos minerá- rios: direito de prioridade e procedimen- to de disponibilidade	198
5.1.4.	Sigilosidade	206
5.2.	Regime de autorização	212
5.2.1.	Aspectos gerais e descrição da pesqui- sa	212
5.2.2.	Competência e legitimidade	216

5.2.3. Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda	217
5.2.4. Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa	226
5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização	229
5.2.6. Natureza jurídica	232
5.3. Regime de concessão	235
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade	235
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral	237
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos	243
5.3.4. Natureza jurídica	247
5.4. Regime de licenciamento	248
5.4.1. Aspectos gerais e competência	248
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento	252
5.4.3. Mineração em leito de rio	254
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira	256
5.6. Regime de registro de extração	258
5.7. Responsabilidade criminal	261
5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração	270
5.9. Bloqueio minerário	273
5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral	278
5.11. Cessão, transferência e oneração de direitos minerários	282

5.12. Aprovação tácita dos atos públicos de liberação das atividades econômicas sob competência da ANM	286
5.13. Grupamento Mineiro	288
5.14. Englobamento de Áreas	291
5.15. Desmembramento de áreas de concessão de lavra	292
5.16. Desmembramento de limite de jazida em profundidade por superfície horizontal	293
5.17. Consórcio de Mineração	296
5.18. Arrendamento de direitos minerários	299
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
REFERÊNCIAS	307